

INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE: PERSPECTIVAS A PARTIR DA 4ª CONFERÊNCIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE¹

Tíffani Pompeu de Oliveira², Carine Vendruscolo³, Maria Luiza Pires de Jesus⁴

¹ Vinculado ao projeto “INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE EM SAÚDE: perspectivas para a formação, a educação permanente e o trabalho na Enfermagem”

² Acadêmica do Curso de Enfermagem – CEO – Bolsista PROBIC/UDESC

³ Orientadora, Departamento de Enfermagem – CEO – carine.vendruscolo@udesc.br.

⁴ Acadêmica do Curso de Enfermagem – CEO.

Objetivo: analisar as propostas selecionadas na etapa estadual de Santa Catarina da 4ª Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (4º CGTES) de Santa Catarina (SC) e como estas refletem na integração ensino-serviço-comunidade. **Metodologia:** trata-se de uma análise documental com o objetivo de examinar as propostas selecionadas na 4º CGTES etapa estadual realizada em Florianópolis, SC, para a etapa nacional que será realizada em Brasília, Distrito Federal, do dia 10 a 13 de dezembro de 2024. A 4º CGTES de SC foi realizada nos dias 09, 10 e 11 de julho de 2024 e teve como tema central “Democracia, Trabalho e Educação na Saúde para o Desenvolvimento: Gente que faz o SUS acontecer”, nesta etapa foram analisadas e votadas todas as propostas das sete macrorregionais, sendo elas Meio Oeste e Serra, Vale do Itajaí, Foz, Sul, Norte e Nordeste, Grande Florianópolis, Grande Oeste. A etapa estadual contou com a presença de delegados representantes de três segmentos, sendo representados usuários, profissionais e gestores. Nesta etapa foram escolhidas as propostas que foram criadas baseadas no tema central e nos três eixos temáticos: I - Democracia, Controle Social e o desafio da equidade na gestão participativa do trabalho e da educação em saúde; II - Trabalho digno, decente, seguro, humanizado, equânime e democrático no SUS: uma agenda estratégica para o futuro do Brasil; III - Educação para o desenvolvimento do trabalho na produção da saúde e do cuidado das pessoas que fazem o SUS acontecer: A saúde da democracia para a democracia da saúde. A conferência contou com a participação de 237 delegados, 40 convidados e 31 membros da comissão organizadora. Entre os delegados, 120 estavam representando o segmento usuários, 61 trabalhadores e 50 gestores e seis prestadores de serviços, sendo todos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa etapa também foram selecionados 40 delegados para representar SC em Brasília. Ao todo, 137 propostas vieram das conferências macrorregionais, as quais foram analisadas e escolhidas 12 propostas para serem levadas para a etapa nacional. A análise de tais propostas serve como norte para as ações desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado: INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE EM SAÚDE: perspectivas para a formação, a educação permanente e o trabalho na Enfermagem, do Grupo de Estudos em Trabalho e Saúde (GESTRA) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Sendo assim, tais propostas foram examinadas à luz dos pressupostos teórico-filosóficos que orientam a prerrogativa constitucional que atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a corresponsabilização pela formação de recursos humanos. **Resultados/Discussões:** das 12 propostas foram selecionadas três para compor a análise deste estudo. Tais propostas têm relação direta sobre o aspecto da integração ensino-serviço-comunidade. O tipo de estudo análise documental se adequa ao objetivo da pesquisa por ser um método que permite a compreensão e análise dos mais variados documentos, sendo também um método qualitativo que tem por objetivo

captar dados brutos, que ainda não passaram por uma análise, e transformá-los em informações concretas (Junior *et al.*, 2021). Portanto, para essa análise foram selecionadas as propostas da 4ª CGTES, etapa estadual de SC. As propostas foram identificadas pelos códigos utilizados na conferência e divididas entre o tema central e os três eixos conforme a adequação nas temáticas. A proposta 9673, incluída no tema central, trata sobre a elaboração da Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (PNEPS). Vale destacar que essa política existe através da Portaria nº 198/GM de fevereiro de 2004, ou seja, o verbo “elaborar” pode trazer o sentido de criar, sendo que a política já está instituída há mais de 20 anos. Outro aspecto dessa proposta é que ela evidencia a necessidade da ampliação do financiamento e de forma específica por parte das três esferas de gestão, sendo elas a União, os Estados e os Municípios, para a educação em saúde e Educação Permanente em Saúde (EPS). A PNEPS definiu que os repasses financeiros seriam realizados pela esfera federal, com recursos do orçamento do Ministério da Saúde (MS), o qual teve sua descontinuidade em 2011, o que tem sido evidenciado como um sério problema pelas Secretarias Estaduais de Saúde (SES) (Ministério da Saúde, 2018). Portanto, essa proposta tem grande relevância para a integração ensino-serviço-comunidade, fomentando a importância da EPS, sendo esta uma ferramenta crucial para a melhoria contínua dos serviços por meio da capacitação dos profissionais de saúde, além de considerar a contribuição essencial das instituições de ensino, sendo um espaço formativo através das experiências profissionais no cotidiano dos serviços (Ministério da Saúde, 2018). A segunda proposta analisada foi a 9579, integrante do eixo I, traz o enfoque na promoção de ações de EPS para a capacitação de conselheiros locais e da comunidade de forma a fortalecer a participação social por meio da instrumentalização do usuário sobre a organização e participação do SUS. Destaca-se aqui uma das atribuições do Colegiado de Gestão Regional, sendo um espaço de tomada de decisões e de pactuação para a organização de uma rede regional, o qual, no âmbito da EPS, tem a importante tarefa de fomentar a participação de movimentos sociais e de conselhos de saúde, na sua respectiva área de abrangência, das Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES), ou seja, a proposta 9579 vai de encontro com o proposto na Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, sendo uma proposta relevante ao integrar a capacitação dos conselheiros locais e da comunidade. A proposta 9674 integra o eixo III e vai de encontro à proposta 9673 ao solicitar a garantia de financiamento permanente por parte das três esferas de gestão para a EPS. Além disso, traz na sua estrutura as ações de EPS baseadas nas necessidades dos territórios, lembrando que isso é parte fundamental da PNEPS, onde cada polo de EPS tem a responsabilidade de responder às demandas do território vinculado a ele, conforme o artigo 5º da Portaria nº 198/2004. Visto isso, é importante registrar a subinformação sobre a implantação e a continuidade dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS) em todo o território brasileiro, os dados sobre os NEPS não foram encontradas nos sites oficiais do MS. **Considerações finais:** a partir da análise é possível perceber que as propostas reforçam a necessidade de fortalecer a EPS, tal metodologia educacional tem relação direta com a integração ensino-serviço-comunidade, sendo imprescindível ao propiciar o encontro entre as três realidades, ao integrar os profissionais e os serviços de saúde à comunidade. Visto isso, vale destacar que o subfinanciamento e a falta de compreensão da maior parte dos gestores sobre o potencial de qualificação dos serviços de saúde do SUS, advindos da EPS, têm sido as principais fragilidades encontradas para a efetiva condução da PNEPS.

Palavras-chave: Integração Ensino-Serviço-Comunidade. Educação em Saúde. Política de Saúde.